

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Ética, Cidadania e Responsabilidade Social	10
Adm. e Adm. Pública	20

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação."

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e abaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

ADMINISTRAÇÃO

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Ética, Cidadania e Responsabilidade Social	10
Adm. e Adm. Pública	20

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

“Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação.”

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
- a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS

01. Conforme a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 em seu Art. 196, "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas_____". Essa frase fica **CORRETA** ao se preencher a lacuna com:
 - (A) que garantam o acesso às ações e serviços de saúde às parcelas mais pobres da população
 - (B) que garantam o acesso parcial, mas igualitário a algumas ações e serviços de saúde
 - (C) sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos
 - (D) sociais e econômicas que visem à transferência de renda aos mais pobres
02. Entre os princípios e diretrizes do SUS, conforme Art. 7º da Lei nº 8.080/1990, pode-se citar a:
 - (A) universalidade de acesso aos serviços, exceto no nível da recuperação da saúde
 - (B) divisão em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento
 - (C) igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios
 - (D) ênfase na centralização dos serviços para os Estados
03. Conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos. De acordo com o Art. 6º da Lei nº 8.080/1990, este conceito no SUS define a:
 - (A) vigilância epidemiológica
 - (B) saúde do trabalhador
 - (C) vigilância sanitária
 - (D) gestão financeira
04. É competência do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme o Art. 200 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988:
 - (A) fiscalizar o exercício profissional na área da saúde, exceto para medicina e enfermagem
 - (B) participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico
 - (C) realizar toda a formação de recursos humanos na área da saúde no nível técnico
 - (D) delegar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica à iniciativa privada
05. Após ser atendido em uma unidade básica de saúde, o usuário, diante de suas queixas de dor no peito e dos resultados de seus exames, recebe encaminhamento para consulta com um cardiologista em uma unidade de saúde especializada. O quadro descrito pode exemplificar na prática o seguinte princípio do SUS, conforme Art. 7º da Lei nº 8.080/1990:
 - (A) descentralização político-administrativa
 - (B) participação da comunidade
 - (C) preservação da autonomia
 - (D) integralidade da assistência
06. Considerando a participação da iniciativa privada no SUS, conforme Art. 199 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, é **CORRETO** afirmar que:
 - (A) as instituições privadas poderão participar das ações de promoção da saúde no SUS, sendo vedada a sua atuação nas ações de recuperação da saúde
 - (B) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, de forma complementar ao SUS, com preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos
 - (C) a destinação de recursos públicos é livre a todas as instituições privadas, sendo também livre a participação delas na assistência à saúde no país
 - (D) as instituições privadas não poderão participar do SUS, exceto no caso de internação ou calamidade pública, mediante autorização governamental
07. A partir do exposto na Lei nº 8.080/1990 é **CORRETO** afirmar que:
 - (A) quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) deverá recorrer aos serviços ofertados por instituições religiosas
 - (B) os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos gestores em cada esfera de governo
 - (C) a direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, sendo exercida pelo Ministério da Saúde, que executa as políticas públicas da área da saúde e as ações de assistência, após aprovação do Congresso Nacional
 - (D) saúde do trabalhador é um conjunto de atividades que se destina à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho
08. A participação da comunidade na gestão do SUS é regulada pela Lei nº 8.142/1990. Entre outras coisas, esta Lei define em seu Art. 1º, duas instâncias colegiadas em cada esfera de governo, que são:
 - (A) o Conselho de Saúde e a Conferência de Saúde
 - (B) a Conferência de Saúde e o Ministério da Saúde
 - (C) o Conselho de Saúde e o Fundo Nacional de Saúde
 - (D) a Conferência de Saúde e o Fundo Nacional de Saúde
09. A Lei nº 8.080/1990 define a saúde como um direito fundamental do ser humano. Sobre este direito, de acordo com os Art. 2º e 3º desta lei, é **CORRETO** afirmar que:
 - (A) as ações de promoção e proteção da saúde devem ser garantidas a todos e as ações de recuperação aos mais pobres
 - (B) são determinantes e condicionantes da saúde, entre outros, a renda, o meio ambiente e o acesso aos bens supérfluos
 - (C) o dever do Estado de prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde exclui o dever da sociedade
 - (D) o dever do Estado inclui assegurar condições de acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde

10. Reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde. O evento descrito representa uma das formas de participação popular na gestão do SUS prevista na Lei nº 8.142/1990. De acordo com o art. 1º desta lei, trata-se:
- (A) do Sistema Nacional de Saúde
 - (B) da Conferência de Saúde
 - (C) da Secretaria de Saúde
 - (D) do Conselho de Saúde

ÉTICA, CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

11. Ser ético significa ser um agente social cujas decisões são fundamentadas na _____ do grupo ao qual pertence, e são tomadas com base em valores e interesse que busquem o _____. A alternativa que completa a sentença corretamente é:
- (A) moral; bem comum
 - (B) crença; bem comum
 - (C) moral; bem individual
 - (D) crença; bem individual
12. A visão ética sobre a vida é um dos grandes legados do astrofísico Albert Einstein, sendo para ele um princípio ético:
- (A) aceitação a normas e dogmas
 - (B) aceitação de que se ensina ou aprende o que não se ama
 - (C) valor para a simplicidade, liberdade e o respeito a cada ser
 - (D) fama merece esforço, pois gera admiração e reconhecimento
13. As palavras ética e moral são geralmente tomadas como sinônimos. Porém, no vocabulário especializado, apresentam diferenças bem definidas. É considerada uma diferença entre ética e moral:
- (A) a ética é uma ciência, enquanto a moral é uma forma de comportamento humano
 - (B) a ética é específica e trata de problemas concretos, enquanto a moral é geral
 - (C) a ética é teórica, enquanto a moral é uma ciência
 - (D) a ética é prática, enquanto a moral é teórica
14. O direito é o conjunto de _____ que regulamentam as ações dos indivíduos. Para Aristóteles, o direito tem a função de estabelecer e preservar certa _____ social. As palavras que completam corretamente as sentenças são:
- (A) crenças e concordância
 - (B) valores e disparidade
 - (C) normas e disparidade
 - (D) normas e harmonia
15. A ética é essencial para as organizações refletirem sobre como as suas ações podem influenciar positiva ou negativamente a sociedade e o meio ambiente, pois ela contempla:
- (A) os compromissos econômicos
 - (B) os interesses organizacionais
 - (C) as disposições empresariais
 - (D) a responsabilidade social

16. No Brasil, a Constituição Federal (CF), que foi um marco na conquista do povo pelo seu direito de participar da tomada de decisões no país, ocorreu no ano de:
- (A) 1946
 - (B) 1988
 - (C) 1937
 - (D) 1891
17. Os direitos dos cidadãos são divididos em três tipos básicos: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. É um exemplo de direito civil:
- (A) direito à liberdade de ir e vir
 - (B) direito ao trabalho digno
 - (C) direito à saúde
 - (D) direito ao voto
18. O código de ética empresarial é um instrumento fornecido pelas empresas, com o intuito de estabelecer as condutas que devem ser seguidas e cumpridas, além de expressar sua cultura, e servir como ferramenta e direcionamento para elaboração de:
- (A) sua meta, gestão e política
 - (B) sua visão, gestão e seus valores
 - (C) sua visão, missão e seus valores
 - (D) sua política, capacitação e missão
19. Por ocasião da avaliação do estágio probatório, da progressão funcional, e nas demais circunstâncias em que seja ponderado o merecimento do servidor, será apreciado:
- (A) o atendimento aos requisitos éticos e morais de seu cargo ou função
 - (B) o atendimento aos requisitos éticos de seu cargo ou função
 - (C) o atendimento às normas do Comitê de Ética e Pesquisa
 - (D) o atendimento às normas de segurança do trabalho
20. A norma ISO (*International Organization for Standardization*) 26000, possui o objetivo de normatizar as questões direcionadas à responsabilidade social, estabelecendo diretrizes para o bem-estar da organização, como também para a transparência e o desenvolvimento sustentável. Qualquer empresa, independentemente do seu porte, poderá aderir a essa norma, devido seu caráter:
- (A) regional
 - (B) empresarial
 - (C) internacional
 - (D) multifacetário

ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21. Os estoques mantidos para distribuição gratuita ou por valor irrisório devem ser mensurados pelo:
- (A) valor de custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor
 - (B) valor de custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o maior
 - (C) custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois, o menor
 - (D) custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois, o maior
22. O conceito dos elementos que constituem as demonstrações contábeis é de fundamental importância para a correta classificação das contas em seus respectivos grupos. Com isso, passivo pode ser definido como:
- (A) uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recurso da entidade
 - (B) aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários
 - (C) diminuições na situação patrimonial da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários
 - (D) um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado
23. A mensuração é um procedimento que determina os valores pelos quais os elementos das demonstrações financeiras devem ser apresentados e reconhecidos. Há bases de mensuração para ativos e passivos, para melhor informação sobre os custos da entidade. Dentre os conceitos abaixo que se referem as bases de mensuração, o conceito que se refere à base de mensuração custo histórico é:
- (A) montante que a entidade pode obter com a venda do ativo após deduzir os gastos para a venda
 - (B) custo mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços de ativo na data do relatório
 - (C) montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado
 - (D) valor para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa, ou equivalentes de caixa, ou o valor de outra importância fornecido à época de sua aquisição ou desenvolvimento
24. A informação contábil apresentada nas demonstrações contábeis deve possuir algumas características. Contudo, há também restrições que cercam essas informações. Dentre essas restrições, tem-se que a informação pode ser omitida ou distorcida, e, com isso, pode influenciar o cumprimento da prestação de contas e a decisão do usuário, baseada nas demonstrações contábeis. Dentre as opções abaixo, a que representa a restrição citada é:
- (A) custo-benefício
 - (B) materialidade
 - (C) equilíbrio entre características qualitativas
 - (D) verificabilidade
25. Sobre as despesas orçamentárias, para fins contábeis, elas podem ser classificadas com relação ao impacto na situação patrimonial líquida em:
- (A) efetiva e não efetiva
 - (B) institucional e não institucional
 - (C) corrente e administrativa
 - (D) de capital e institucional
26. As etapas da execução da despesa orçamentária são:
- (A) liquidação, pagamento e investimento
 - (B) empenho, pagamento e planejamento
 - (C) planejamento, pagamento e liquidação
 - (D) empenho, liquidação e pagamento
27. O tipo de empenho utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, é:
- (A) ordinário
 - (B) estimativo
 - (C) global
 - (D) líquido
28. Dentro de uma organização, cabe ao administrador planejar, organizar, liderar e controlar as várias funções administrativas a serem desenvolvidas. A primeira delas, o planejamento, é dividido em três níveis e serve para definir a missão, formular objetivos, definir os planos para alcançar os objetivos e programar as atividades. O nível de planejamento que contempla a organização por completo é o:
- (A) gerencial
 - (B) estratégico
 - (C) analítico
 - (D) tático
29. Segundo a Teoria do Equilíbrio Organizacional, a organização é um sistema social composto de diferentes participantes que proporcionam suas contribuições em troca de incentivos úteis. Podemos afirmar que os participantes que são incentivados pelo reconhecimento e prêmios são os:
- (A) clientes
 - (B) investidores
 - (C) fornecedores
 - (D) colaboradores
30. No que diz respeito aos incrementos para obtenção de excelência na qualidade de produtos e processos, tanto a melhoria contínua quanto a qualidade total visam fazer acréscimos de valor continuamente. Entretanto, a melhoria contínua é aplicada no nível:
- (A) tático
 - (B) estratégico
 - (C) operacional
 - (D) gerencial
31. A remuneração fixa apresenta aspectos positivos para a organização, entretanto:
- (A) funciona como elemento de conservação da rotina e do *status quo*
 - (B) focaliza os resultados e o alcance de objetivos
 - (C) reduz o controle centralizado dos salários
 - (D) flexibiliza o lucro da empresa

32. O treinamento tem como objetivo melhorar as habilidades e competências relacionadas ao desempenho das atividades do colaborador. Para diagnosticar as necessidades de treinamento de uma organização, o órgão responsável pela gestão das pessoas deve, inicialmente:
- (A) realizar o levantamento das necessidades de treinamento que necessitam ser atendidas e satisfeitas
 - (B) pensar apenas nos problemas do presente
 - (C) elaborar um programa de treinamento
 - (D) fazer um orçamento do investimento
33. A qualidade de vida no trabalho envolve reivindicações dos colaboradores quanto ao bem-estar e à satisfação no trabalho, e os interesses das organizações quanto aos seus efeitos positivos e potenciadores sobre a produtividade e a qualidade no trabalho. Podemos afirmar que ela:
- (A) desmotiva a criatividade do colaborador
 - (B) propicia condutas contraproducentes
 - (C) é uma percepção coletiva e de fácil objetivação
 - (D) afeta atitudes pessoais e comportamentos relevantes para a produtividade individual e grupal
34. A Administração Pública é regida por princípios previstos no Art. 37 da Constituição Federal/1988. O princípio abaixo que **NÃO** está previsto no caput do artigo citado é o da:
- (A) eficiência
 - (B) obrigatoriedade
 - (C) publicidade
 - (D) moralidade
35. Sobre a modalidade de licitação intitulada pregão, pode-se dizer que ele é:
- (A) facultativo para a aquisição de serviços comuns e obrigatório para serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto
 - (B) obrigatório para a aquisição de bens comuns e facultativo para serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto
 - (C) obrigatório para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto
 - (D) obrigatório somente para a aquisição de bens comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto
36. São critérios de julgamento previstos na Lei nº14.133/2021:
- (A) maior desconto e menor lance, no caso de leilão
 - (B) técnica e preço e menor retorno econômico
 - (C) menor preço e maior retorno econômico
 - (D) menor preço e menor desconto
37. Sobre a contratação direta, pode-se afirmar que:
- (A) a inexigibilidade de licitação ocorre quando não há viabilidade de competição. A dispensa se caracteriza pelo fato de que, em certas circunstâncias, poderia o procedimento licitatório ser realizado, mas pela peculiaridade da situação, o legislador decidiu que não é obrigatória a licitação
 - (B) é caso de inexigibilidade de licitação aquela contratação que tem como objeto bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente
 - (C) a dispensa de licitação ocorre quando é inviável que haja competição. A inexigibilidade de licitação, por sua vez, é facultativa nos casos previstos pelo legislador, mesmo se houver possibilidade de competição
 - (D) a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos é caso de dispensa de licitação
38. Sobre os contratos administrativos, pode-se afirmar que:
- (A) o fato do princípio decorre de um ato ilícito da Administração e, por isso, não permite a extinção ou revisão do contrato
 - (B) as cláusulas exorbitantes são situações de vantagem que, traduzidas em normas legais, permitem à Administração, e somente a ela, a adoção de medidas específicas e próprias do direito público, em decorrência de sua posição de preponderância relativamente ao particular contratado
 - (C) a alteração unilateral do contrato não pode ocorrer nos contratos administrativos, pois a Administração Pública não possui tal prerrogativa, ainda que fundamentada e motivada
 - (D) os contratos regidos pela Lei n.º14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) poderão ser alterados, com as devidas justificativas, exceto quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos
39. Marque a alternativa que **NÃO** apresenta requisito de habilitação previsto no Art. 62 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º14.133/2021)
- (A) técnica
 - (B) melhor proposta
 - (C) econômico-financeiro
 - (D) fiscal, social e trabalhista
40. O princípio da indisponibilidade é aquele que:
- (A) indica a necessidade da imposição do interesse público sobre os administrados
 - (B) implica a ideia de que apenas os servidores públicos devem agir com ética, de sorte que eles são os interessados na disponibilidade dos bens da Administração
 - (C) indica que os atos da Administração devem ser divulgados de forma que sejam todos públicos, exceto se tiver relação com casos de exoneração de agente público
 - (D) indica que os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes, cabendo a eles somente geri-los, conservá-los e por eles zelar em prol da coletividade, que é a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos